

CORPOESTADO, MEDICINA E SOCIEDADE
EM TEMPO DA I REPÚBLICA**MARIA
DE FÁTIMA
NUNES**

Professora Associada com agregação do Departamento de História da Universidade de Évora; investigadora integrada do Centro de História e Filosofia da Ciência. Docente do Master Mundus Welfare and Public Health. Área de Investigação: história da cultura científica nos séculos XVIII-XX. Co-autora (com A. Fitas e M. Rodrigues) da obra *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2008.

EM 1923, A SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA CELEBROU O SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO (1822-1922). SOB A PRESIDÊNCIA DE COSTA SACADURA, VÁRIOS FORAM OS ORADORES CONVIDADOS A DISSERTAREM SOBRE O PAPEL QUE A MEDICINA – RELEVANDO A PRÁTICA CIENTÍFICA DOS MÉDICOS – HAVIA DESEMPENHADO NA SOCIEDADE PORTUGUESA.

Práticas comemorativas: ciência e cultura

Os festejos de solenidade nas instalações da Sociedade foram complementados pela organização de uma exposição documental, mote para sugerir o projecto da fundação de um Museu, pilar material e pedagógico que funcionaria como um porta-voz permanente do que a comunidade médica em Portugal havia feito pela sociedade portuguesa ao longo de cem anos.

A edição celebrativa, saída dos prelos da Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1927, reflecte a construção social e científica da memória da comunidade médica ao longo de cem anos. A leitura dos textos desta comemoração da Sociedade com, denominação de “Lisboa” faz-nos romper, de imediato, o espaço circunscrito da capital do Império, bem assim como o universo de conceito oitocentista de “ciências médicas”. Ricardo Jorge encontrava-se ausente, por motivos de saúde, mas enviou o texto da conferência sobre “Epidemiologia e Profilaxia”. Temas como a Medicina Social, a Biologia, a Medicina Veterinária, os Estudos Farmacêuticos, a Medicina Colonial, a Tuberculose, a Saúde Pública e o Parlamento foram sendo referenciados ao longo destas práticas comemorativas que cobriam a cartografia do Portugal metropolitano e das províncias ultramarinas.

No momento de consagrar a memória dos grandes da Sociedade, introduziu-se o tópico da investigação científica na *Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*. O discurso é coloquial e arrebatador por parte do presidente, Alberto Mac Bride: “Apareceu então o Pestana, o Sousa Martins, o Eduardo Abreu... o Pasteur, o Bettencourt Rodrigues e o Serrano”, “além do Bombarda, do Athias, dos Congressos, da vinda de médicos alemães a Portugal” (Sociedade, 1927: 94)!

Abordar as sociabilidades médicas no tema do contexto expositivo “Corpo – Estado, Medicina e Sociedade”, no tempo da República de 1910, implica sair do reduto da sociabilidade institucionalizada das ciências médicas. A arqueologia das palavras e das ideias leva-nos a transpor as salas da Sociedade e a entrar nas práticas culturais e científicas da comunidade médica e do seu trabalho em estreita articulação com a sociedade, com as instituições e com os veículos culturais que estavam no terreno, na data de 5 de Outubro de 1910, uma data de referência, um marcador de trabalho de bancada laboratorial da “oficina da história” que obriga o historiador a olhar globalmente para os contextos de sociabilidade científica e cultural da época

***As sociabilidades
médico-científicas***

e a entrar no mistério das poses fotográficas dos médicos. Entrar nas várias camadas de sociabilidade significa visitar os espaços de encontro formal e informal, marcar encontro com os tempos de contacto e de formação pessoal e institucional, discernir alguns referentes de vida, de emoções, de entusiasmos, de rivalidades, de descobertas e de aberturas científicas e culturais.

Detenhamo-nos, brevemente, na importância do cientismo no final do século XIX, corrente que possibilitou a visibilidade social dos médicos e dos profissionais da saúde pública. A história da saúde pública e das suas relações com a história da ciência e da cultura científica implica igualmente visitar o eterno século XVIII do racionalismo e do progresso. Fazamos sobressair o conceito de saúde pública das Luzes, protagonizado pelo médico português António Ribeiro Sanches (1699-1783), uma figura europeia de sociabilidades múltiplas, no âmbito de um espaço público que começava a rasgar-se no concerto das Nações que usavam a retórica das Luzes para a boa governação dos povos. Na sua obra, são já evidentes os temas da gestão da prática médica, verdadeira gramática que o Positivismo recuperou e adaptou a partir da construção cultural e científica da memória deste notável médico europeu das Luzes.

É no contexto português de pós-31 de Janeiro de 1891 que surge no espaço público, do debate parlamentar, da imprensa científica e da informação generalista (e.g., *O Século*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro* ou, ainda, *Ilustração Portuguesa* ou o *Correio da Manhã*) a discussão em torno das medidas a tomar para “conservar e manter a saúde pública dos povos”, garante de subsistências e grandeza dos Estados modernos e progressistas, nas vésperas de 1900, viragem de século!

Os médicos tiveram um peso determinante para o bom-nome da Ciência e para a sua popularização na sociedade, a par do facto de a comunidade médica existente ir adquirindo poder, prestígio e um papel cada vez mais importante na construção do Estado, na definição de medidas de prevenção e de profilaxia médicas, assim como na progressiva institucionalização da saúde pública, território de crescente importância para o universo legislativo e de governação do País.

No âmbito da emergência da imprensa literária e científica, surge a inovação do periodismo médico e farmacêutico, quer na Europa, quer em Portugal. Neste contexto, regista-se a crescente importância pública da ciência e do papel dos cientistas, especificamente dos médicos, apetrechados com os mecanismos de profissionalização e do seu público reconhecimento. É fácil, pois, entender que cientismo e a retórica científica foram armas importantes para legitimar a política republicana e os círculos de intervenção pública dos intelectuais cientistas médicos. Os espaços e as referências médicas e de saúde coabitavam com o quotidiano do cidadão nacional.

A realização de congressos médicos, os comités internacionais das Academias e Sociedades Médicas, o movimento das Exposições Universais e Internacionais em muito contribuíram para a divulgação e popularização deste universo de rostos humanos, de saberes culturais e científicos.

Uma nota de destaque para o papel aglutinador que, num tempo de longa duração, teve o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa* (1835), designado, a partir de 1836, por *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, cuja vida se prolonga e projecta até ao século XXI (e.g., www.scmmed.pt).

É uma história de longa duração do periodismo e da sociabilidade médica em Portugal, um núcleo de conexões de redes internacionais da comunidade científica portuguesa, desde a memória do reformismo científico da Revolução de Setembro (1836). Neste fórum de várias décadas, encontramos diversificados campos de sociabilidade que se projectam numa teia de trabalho médico até ao tempo inaugural da implantação da República.

Sociabilidades académicas

A formação académica constitui um dos pilares essenciais da grande construção da identidade dos membros de uma comunidade científica. O universo da Medicina não pode escapar, pois, a esta vertente. Em tempo de implantação da República, vivia-se a dualidade de modelos: as Escolas Médico-Cirúrgicas, em Lisboa e no Porto, e a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, com raízes na reforma pombalina de 1772. Em termos de organização do espaço nacional, temos um périplo de categorias de formação: Lisboa, Porto e Coimbra, a que se juntava a Escola Médico-Cirúrgica de Goa! A instauração da República implicou uma reorganização destas instituições, elevando à categoria de Faculdades de Medicina, integradas nas respectivas Universidades, as Escolas de Lisboa e do Porto e dando a designação de Escola Médica de Goa para o espaço do Império. A rede de formação académica altera-se substancialmente com a legislação republicana de 1911, estabelecendo-se uma complexa rede de instituições médicas e de saúde pública, em Lisboa, sinal de uma clara tendência de centralidade institucional e científica, que possibilitava a conjugação de formação, investigação laboratorial, prática hospital, prática de assistência de saúde pública aos membros da comunidade médica. Sobre esta rede construída para a capital, a leitura do *Guia Bibliográfico para a História das Ciências Biomédicas em Lisboa entre 1890 e 1950*, de José Pedro Sousa Dias, permite obter vários registos de leitura e de informação (<http://www.ff.ul.pt/paginas/jpsdias/ipcf/guia-biomedicas.html>).

Porém, o País não se reduzia a Lisboa! O ano de 1911 marcou o ritmo reformador das instituições de ensino. As instituições médicas e de saúde pública inserem-se neste plano global de reorganização, de introduzir inovações a um caldo científico e socialmente herdado da Monarquia liberal e constitucional.

A revista *A Medicina Contemporânea*, de 29 de Dezembro 1912, realiza o levantamento das Faculdades responsáveis pela formação dos seus agentes científicos nas três cidades universitárias, Lisboa, Coimbra e Porto, apresentando-as exactamente por esta ordem espacial!

Lembremos, em traços muito genéricos, os esteios do ensino médico possíveis em Portugal até 1911. Até ao final da primeira década do século XX, a comunidade médica dispunha de dois modelos de formação: um, a reforma pombalina de 1772, a mítica formação da Faculdade de Medicina e estabelecimentos anexos; o outro, a reforma vinda dos ventos da Revolução de Setembro, em plena reimplantação do Liberalismo de 1836, com a criação da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em estreita ligação com os cirurgiões e com o Hospital de S. José. Idêntico movimento, quase de equilíbrio geográfico, passou-se no Porto, onde o Hospital de S. João teve o

papel de complementar a Escola Médico-Cirúrgica daquela cidade, alterando a herança liberal vintista das Escolas Reais de Cirurgia. Eram as soluções possíveis para um tempo em que Porto e Lisboa não tinham ensino universitário.

Coimbra, a alma mater da Universidade portuguesa, mantinha a reputação e o prestígio de ter uma Faculdade de Medicina, no enquadramento de uma Universidade reformada pelo movimento das Luzes.

As sociabilidades proporcionadas pela formação e pela pertença a sociedades científicas são determinantes para se entender a teia relacional em que os profissionais de medicina e da saúde pública trabalhavam, quer em termos institucionais, quer em termos individuais.

Em 1912, a revista *A Medicina Contemporânea* assumirá uma postura publicista republicana ao divulgar o balanço histórico das instituições médicas e do prestígio que estas podiam (deviam...) emprestar à República, dotando o País de um corpo científico médico capaz de assegurar os novos desafios do Estado e da sociedade, sempre invocando a Pátria e a Nação, signos linguísticos da retórica científica republicana. Nas páginas do periódico estabelece-se uma geografia científica que articula o passado e o futuro das instituições médicas da República. Qual o ponto de situação de instituições de saúde pública do regime republicano? Seguiremos o longo artigo "Centro universitário de Lisboa, Centro universitário do Porto, Centro universitário de Coimbra" (*A Medicina Contemporânea*, 29 Dezembro 1912, pp. 410-432).

As instituições de ensino, assim como a memória e a caracterização dos espaços hospitalares, dos espaços museológicos de Lisboa, do Porto e de Coimbra, são documentadas para as três Universidades instauradas pelo regime republicano. Em síntese, este artigo pretende caracterizar a rede de instituições médico-sanitárias de que Portugal dispunha em 1912. A capital do império dispunha de um complexo de tipologias muito alargado, destacando-se a Faculdade de Medicina, a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial, complementadas pela existência de um Curso de Medicina Sanitária, locado no Instituto Central de Higiene, dirigido por Ricardo Jorge.

As cidades do Porto e de Coimbra – com as suas respectivas Faculdades de Medicina – aparecem caracterizadas como as "outras cidades universitárias" que *também* dispunham de pilares fundamentais para o ensino de uma prática de assistência hospitalar diversificada, contando ainda com um conjunto de publicações das agremiações médicas, marca de profissionalismo nacional da comunidade científica. Refira-se a existência da Associação dos Médicos do Norte de Portugal, a Associação dos Médicos do Centro e o núcleo de imprensa da região Norte e Centro: *Gazeta dos Hospitais do Porto*, *Jornal dos Médicos e Pharmaceuticos* e a revista *Medicina Moderna*, na cidade do Clérigos; a urbe do Mondego contava com a publicação *Movimento Médico*.

As páginas de *A Medicina Contemporânea* organizaram-se como um repositório informativo. As três cidades universitárias são apresentadas: Lisboa, Porto e Coimbra. Para cada um dos casos, os leitores tomam contacto com a composição do Senado universitário, com a caracterização das Faculdades de Medicina e respectivos Hospitais Escolares, com a rede hospitalar de várias especialidades (e.g., alienados, mulheres e crianças, tuberculose, doenças venéreas...); com os Museus da rede médico-sanitária (de antropologia, de geologia, colonial,

pedagógico); e com a rede de assistência pública que continua a conviver com a rede hospitalar, assistencial e filantrópica da Misericórdia ("Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Porto e de Coimbra").

Uma leitura do artigo permite-nos entender que se trata de um balanço de um percurso percorrido pela comunidade médica portuguesa, científica e militantemente publicitado a partir do nascimento da revista, em 1883. Esta construção de memória pode ser assumida como uma plataforma de informação nacional, para o ensino das práticas médicas e sanitárias, para o espaço público da República, destacando o modo como se estabeleciam as práticas de sociabilidade académica (ensino, aprendizagem e prática médica e assistencial) entre as Universidades e a rede institucional de hospitais, laboratórios de várias tipologias e as instituições de higiene e saúde pública.

Neste vasto universo encontrava-se também a rede das instituições coloniais anteriormente mencionadas, como a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial, na Junqueira, exactamente na zona lisboeta em que se ia erguendo o empório das instituições científicas coloniais ao longo do século XX, com larga permanência para o tempo da Democracia portuguesa. Longe ficava a Escola Médica de Goa (1842-1963) que não deixa de estar presente nesta construção da memória médica de 1910-1912 em *A Medicina Contemporânea*.

A sociabilidade académica apresentava múltiplas funções, com uma larga diversidade de práticas científicas e culturais, por outras palavras, um modo de visualizar os médicos em acção, na esfera da saúde pública, em estreita ligação com o ensino e a prática médicos de hospitais e de outros estabelecimentos afins. Deste terreno de actuação médica, o binómio Faculdades-Hospitais, entendemos que a comunidade dispunha de um grande laboratório de observação científica e de olhar de entendimento da sociedade, com todas as suas grandezas e misérias inerentes à condição humana e às diferentes condições de vida de quem acorria aos Hospitais, Institutos, Laboratórios, Manicómios, Sanatórios, Dispensários, Sanatórios, Postos de Antropometria e Postos da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

Podemos entender que a sociabilidade académica universitária era amplamente completada pelo trabalho desenvolvido nos Institutos, como o Bacteriológico Câmara Pestana ou o de Higiene de Lisboa – o futuro Instituto Ricardo Jorge –, ambos em Lisboa, o Laboratório Municipal do Porto, o Posto de Desinfecção de Coimbra ou o de Antropometria na mesma cidade, sob a direcção de Eusébio Tamagnini. Estes espaços funcionavam como verdadeiras montras da prática profissional médica.

Após a formação académica, diversificada, conforme se realizava em Lisboa, no Porto ou na cidade do Mondego, a comunidade médica tinha um vasto campo de actuação em instituições públicas nas quais se transmitia o testemunho dos saberes para as gerações seguintes, num contexto de clara aproximação à população da sociedade portuguesa. Uma rápida síntese deambulatória sobre estes espaços onde médicos e profissionais de saúde trabalhavam e conviviam permite-nos entender que nestes locais, onde se travavam debates e polémicas, expoentes da sociabilidade científica, fazia-se avançar a investigação de bancada e a de laboratório, tecendo-se, simultaneamente, políticas profiláticas, filantrópicas ou mesmo ideológicas. Aos

Hospitais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra, juntava-se uma rede de outras instituições, lugares em que se cruzavam diariamente várias gerações e vários *status* profissionais. Cada Hospital era um fórum de trocas de saberes e de práticas, de desafios quotidianos.

Em Lisboa, temos os Hospitais da Faculdade de Medicina, o Hospital de Santa Marta e o Manicómio Bombarda (antigo Rilhafoles). Acrescentem-se os Institutos da Faculdade de Medicina – o Bacteriológico Câmara Pestana e o Central de Higiene –, a que se devem juntar o de Medicina Legal e o de Oftalmologia, depois Gama Pinto. Porto e Coimbra não competiam em número de edifícios e de instituições com a grande rede de assistência hospitalar, de institutos e de assistência pública que estavam fixados em Lisboa. Todavia, cada uma das outras Faculdades de Medicina era um ponto nevrálgico da sociabilidade académica, com ramificações na prática médica do Hospital de Santo António no Porto e no Hospital Universitário de Coimbra.

Deste conjunto de institutos, laboratórios, instituições militares e civis, fazia parte um grupo alargado de personalidades que, em conjunto, permitem realizar o levantamento quase exaustivo dos membros da sociabilidade médica em Portugal em tempo de implantação da República.

Academia das Ciências de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa

A Academia das Ciências de Lisboa (1779) e a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) são dois espaços de sociabilidade científica que sempre tiveram as portas abertas aos médicos e à valorização – consagração – da sua actividade profissional, intelectual ou de divulgadores da cultura científica, ou mesmo da história da ciência e da história da medicina, como é o caso de Virgílio Machado e de Augusto da Silva Carvalho, respectivamente, áreas de abordagem com grandes tradições nas duas instituições nacionais, por parte dos respectivos sócios médicos.

Desde longa data, a Academia das Ciências englobava como sócios correspondentes, honorários e ordinários os médicos que regularmente contribuíam o para as publicações oficiais, *e.g.*, o ciclo de *Memórias* ou *Boletim* da Academia ou uma regular participação no *Jornal das Sciencias Physicas e Mathematicas* publicados sob os auspícios da vetusta instituição. A apresentação de relatórios de missões científicas – *e.g.*, o *Relatório apresentado à Academia de Sciencias de Portugal em sessão de 13 de Março de 1914 sobre o Congresso Internacional de Medicina de Londres*, lido por Augusto de Miranda, em 1914 – tinha a vantagem de gerar interesses científicos, motivos de debate e alguma curiosidade relativa à viagem e aos aspectos de turismo científico nacional que sempre os congressos internacionais, em nome de cada Estado/Nação, determinavam com programas e objectivos bem definidos.

Decerto que a frequência do Museu e da Biblioteca da Academia, ou a presença nas sessões solenes regulares ou nas extraordinárias motivadas, por exemplo, pela realização de congressos médicos em Lisboa, propiciavam um conjunto de desafios para o alargar da rede de sociabilidade médica, endógena e exógena.

A Sociedade de Geografia de Lisboa constituía um outro pólo complementar ao ambiente selecto e de *meritocracia* científica da Academia das Ciências. Na República, já a Sociedade se encontra implantada, e sociabilizada, no eixo mundano da capital do Império. Entre o Coliseu, os teatros e a proximidade da “colina da saúde” – o Campo dos Mártires da Pátria –, a Sala de Portugal funcionava como a grande galeria de arquitectura de ferro para receber conferencistas médicos, mensageiros sanitários, ou local de recepção de Estado ao XV Congresso Internacional de Medicina, realizado em Lisboa, em 1906, sob o impulso da Escola Médica de Lisboa.

A Sociedade de Geografia era a grande mostra pública de uma parte da sociabilidade médica em Portugal. Talvez por esta razão se possam encontrar vários títulos de assuntos de medicina e de saúde pública – metropolitana e colonial – saídos dos prelos tipográficos da Sociedade ou o registo de colaborações médicas inseridas no seu *Boletim*.

A Sociedade de Geografia era um fórum de sociabilidade festiva e um ponto de encontro para a comunidade médica tratar de medicina tropical e de saúde pública a aplicar a territórios ultramarinos, em íntima conexão com o trabalho científico que se realizava nas instituições coloniais, ou nos espaços de investigação laboratorial, sobretudo quando podiam ter projecção para as colónias.

É já no século XX, mas ainda sob o regime monárquico, que a Sociedade de Geografia se assume como porta-voz da sociabilidade médica e dos seus interesses científicos. Registemos dois casos. Em 1900, acolhe o Congresso Colonial Nacional – decerto no espírito da realização da Exposição Universal de Paris do mesmo ano. As teses apresentadas incluíam temáticas como os climas de África em comparação com os do Brasil; a meteorologia instrumental nas colónias; os estudos de climatologia e de geografia médica, a demografia, a etnologia e a etnografia (Sociedade de Geographia de Lisboa, 1900).

A sociabilidade inerente dos congressos médicos sempre teve grande impacto e empenho junto da direcção da Sociedade. Quando, em 1906, Lisboa se transforma para receber a multidão de congressistas, e respectivos séquitos pessoais e institucionais, a par da imprensa internacional, a Sala de Portugal albergou um acontecimento, decerto, inesquecível na história da sociabilidade e do turismo dos congressos científicos. É um exemplo de propaganda organizada, em função de obter determinada imagem internacional junto de vários círculos de opinião pública, para além de enfatizar o espírito patriótico dos médicos republicanos, como Miguel Bombarda. Atente-se no preciosismo da raridade da pequena brochura da tipografia colonial em 1906: Sociedade de Geographia de Lisboa, *Soirée dédiée au XV Congrès International de Médecine le 23 Avril 1906 à 9 heures, à Lisboa*. Trata-se do programa social, dividido numa parte musical e noutra de projecção de cinema sobre os espaços do Império Colonial português. As imagens de reportagens fotográficas divulgadas pela imprensa da época evidenciam o fulgor do acontecimento e a *soirée* social que se viveu naquela noite, paredes-meias com o célebre Coliseu dos Recreios (inaugurado em 1890). O programa, publicado em francês, era extremamente minucioso. Compunha-se de uma primeira parte musical com uma Marcha Internacional do Congresso, executada pelos músicos do Regimento da Guarda Municipal, seguida da exibição da “Obra Colonial Portuguesa – I”, “projecções luminosas desde Cabo Verde à Zambézia, seguido de

cantos populares do Minho executados pelas raparigas da província". A segunda parte era iniciada por um prelúdio da ópera *Dinnah*, uma rapsódica africana e cantos indianos. Seguiu-se a projecção da "Obra Colonial Portuguesa – II", abrangendo desta vez a zona desde o Zambeze a Macau. O final do sarau era preenchido por cantos populares do Minho e pela imponência da marcha do centenário da descoberta da Índia.

Em edição da Sociedade de Geografia de Lisboa (1920), António Duarte Ramada Curto, em síntese justificativa do idílio de sociabilidades médicas, explicita que a Sociedade de Geografia constituía, para o contexto de 1919, um excelente veículo para a divulgação da importância dos temas da medicina colonial, apontando como figura de exemplaridade o médico Ayres Kopke, que havia realizado missões de estudo de medicina tropical a França e em Inglaterra. Decerto que a organização e a realização do *Primeiro Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, a realizar em Angola, na cidade de Loanda nos dias 16 a 23 de Julho de 1923*, "sob o patrocínio e a presidência de honra de General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Alto-Comissário da República em Angola", se inserem nesta cumplicidade científica existente entre a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Periódicos, sociedades e academias internacionais

Folhear as revistas de longa duração designadas como *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e *A Medicina Contemporânea* equivale a tomar contacto com os ex-líbris dos periódicos médicos portugueses no seu duplo papel, como um espelho da galeria colectiva da comunidade médica nacional (e não apenas lisboeta...), dos debates, dos acontecimentos nacionais e internacionais, da vida da Sociedade e das relações com as suas congéneres. Nestas duas publicações emblemáticas para o tempo da República, encontramos um jogo de reciprocidade em espelho. Ou seja, um assunto lavrado em acta no seio da Sociedade de Ciências Médicas pode ser comentado e debatido nas páginas de *A Medicina Contemporânea*, tal como o *Jornal da Sociedade* remetia inúmeras vezes para o arquivo de referência que constituía o conjunto dos artigos dos médicos que colaboravam, militantemente, na revista que tinha o formato da *Ilustração Portuguesa*. Mas o efeito de espelho para o tema das redes da sociabilidade médica remete o investigador para os conteúdos informativos que ambas as publicações contêm, com a possibilidade de realizar uma base de prosopografia médica da época, chave de abertura para conhecer as academias e sociedades científicas nacionais, e internacionais, bem como entrar no universo do periodismo científico de medicina e de saúde pública do mundo ocidental, no dealbar do século XX.

Começamos pela sociabilidade real e virtual possibilitada pelos periódicos e pelas revistas médicas: o pensar e produzir um veículo científico, mas também a vertente de ser leitor e assinante da publicação, como uma cumplicidade estabelecida entre o produtor e vice-versa. Aos títulos já anteriormente mencionados – sobretudo os relacionados com a sociabilidade académica das três cidades universitárias –, juntamos alguns dos títulos emblemáticos da época:

O Instituto, da Universidade de Coimbra, e o *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, a partir de 1913 sob a direcção da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Mas, na capital, há que destacar ainda os seguintes títulos: *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, *Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana*, *Arquivos do Instituto de Medicina Legal*, *Arquivos de Higiene e Patologia Exóticas*, publicações activas em 1911, títulos que complementavam o *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles* que, em 1907, já publicava artigos de membros da Sociedade das Ciências Naturais. Trata-se de uma busca de internacionalização científica e de visão europeia em vésperas da implantação da República encabeçada pelos médicos ligados ao (então) Real Instituto Bacteriológico.

O aparecimento do *Boletim da Associação dos Médicos Portugueses* (1918) como órgão da Associação dos Médicos Portugueses, sob a direcção de Ayres Kopke, reforça a ideia de que a comunidade médica em Portugal, com a República, ganhou um impulso de organização científica plasmada também na produção de periódicos médicos de interesse corporativo, científico e informativo. Decerto que os profissionais de medicina se pautavam por uma grande circulação de ideias que as viagens reais, ou as obtidas pela leitura (ou pelo debate de leituras), proporcionavam e fomentavam.

A capacidade de sociabilidade internacional dos médicos no tempo da República pode ser também aferida pelas sociedades e academias científicas a que pertenciam, que normalmente ornamentavam os respectivos cartões-de-visita ou as folhas de rosto de livros, ou de separatas científicas ou de divulgação de cultura médica e assistencial. Pelo périplo de leituras realizado, tomamos um conjunto de referências que representam a grande aptidão pela internacionalização da comunidade médica em Portugal, facto que também pode significar um envolvimento social e científico na propagação dos princípios da República para os quatro cantos do Mundo, seguindo a perspectiva global e imperialista da época do primeiro quartel do século XX.

A Academia das Ciências de Lisboa e o Instituto de Coimbra constituíam os espaços nacionais da sociabilidade científica institucionalizada endógena a partir dos quais se forjavam círculos nacionais e internacionais. Na rede da internacionalização médica, podemos inserir a Academia Nacional de Paris, a Sociedade de Ciências Médicas e Naturais de Bruxelas, a Real Academia de Madrid, a Sociedade de Antropologia Espanhola, a Sociedade Imperial de Cirurgia de Paris, a Real Academia das Ciências Exactas de Paris, a Société de Radiologie de Paris, a Real Sociedade Espanhola de Electrologia e Radiologia Médica, a Sociedade Médica do Rio de Janeiro. E, se desejarmos ser ainda mais abrangentes, deveremos incluir a Sociedade das Nações a partir de 1919, secção de Saúde Pública, personalizada na figura de Ricardo Jorge, ou ainda referenciar a Société Internationale de Chirurgie, a Société d'Obstétrique e de Gynécologie de Paris, a Société de Pathologie Comparée de Paris ou a Société des Sciences Médicales et Biologiques de Montpellier.

Estas geografias diversificadas seriam, certamente, reforçadas pelos circuitos de viagens individuais e colectivas para participar em congressos médicos e de saúde pública. Afinal, estamos perante um conjunto muito vasto de referências geográficas, sobretudo europeias, que amplia o cientismo que antecedeu a República e que se intensificou após 1910.

O espaço de longa duração da sociabilidade médica em Portugal foi, indubitavelmente, a longa permanência da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. O reflexo da acumulação de

CORPOESTADO, MEDICINA E SOCIEDADE
EM TEMPO DA I REPÚBLICA

memória deste capital simbólico pode ser visualizado nas comemorações dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (*Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro de 1974), em que se estabelece uma cadeia de história das ideias de sociabilidade médica desde o final do século XVIII até à emergência da implantação da Democracia. É tempo de recordar as palavras de Augusto Celestino da Costa, em 1949: “A nossa Sociedade é, entre as agremiações nacionais, certamente uma das mais importantes pelo número e qualidade dos seus sócios, pela sua antiga tradição, pela vitalidade com que tem reagido às crises que uma ou outra vez a assaltaram na sua já longa carreira. Entre outras características, possui a de ser largamente aberta, acessível a quem principia a sua carreira médica e aqui pode vir a ensaiar os primeiros passos” (criação que abre o número comemorativo dos 150 anos da Sociedade, *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Outubro de 1974).

Um olhar comemorativo: 1910-2010

As práticas comemorativas são excelentes pretextos científicos e culturais para levar à opinião pública traços de uma memória (eternamente reconstruída e/ou fabricada) identificadora de um grupo profissional, de uma sociedade, de um Estado. Este périplo por vários referentes de sociabilidade médica no tempo da República de 1910 permitiu ensaiar alguns assuntos de trabalho de investigação futura, um itinerário que deixa várias perguntas e muitos nichos documentais e arquivísticos para equipas transdisciplinares poderem trabalhar e fazer fluir novos saberes... sobre o século XX de Portugal na Europa! A sociabilidade médica obrigou-nos a viajar no tempo e a entrar em inúmeras organizações médicas, assistenciais, coloniais, cruzando-se os olhares nacionais (de um tempo de cientismo monárquico articulado com a retórica científica republicana) com o espaço dos acontecimentos internacionais, quando espaço internacional ainda significava a Europa.

As deambulações evocativas dos espaços académicos de 1911 – referimo-nos à complexa rede hospitalar e assistencial que encaixava a prática médica no ensino da Medicina – permitiram entender outros mundos da sociabilidade médica, os contactos com a população real e o tomar consciência das suas condições de subsistência, de (in)salubridade das cidades e da consequente necessidade de intervenção no campo da engenharia médica. Estes textos e artigos (por vezes doutrinários) remetem para o atendimento médico diário que os Institutos – de Lisboa, Porto e Coimbra – realizavam às gentes que a eles acorriam com raiva, difteria, malária, tuberculose, gripe e outras enfermidades habituais deste tempo de início do século XX.

Pensar na sociabilidade médica republicana significa, também, perscrutar os imaginários sociais e filantrópicos dos seus protagonistas. Permite sondar como o espírito das suas missões científicas podia ser útil à realização de obra assistencial, influenciar medidas legislativas e municipais, fomentar mecanismos de prevenção e de ampla profilaxia junto da população portuguesa. Atrevemo-nos a imaginar que a utopia setecentista de Ribeiro Sanches, em favor da saúde dos povos, ganhou uma coloração mais forte e um empenhamento social e

político por parte dos protagonistas da sociabilidade médica no tempo de implantar o regime republicano em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Augusto da Silva (1929), *Elogio do Professor Virgílio Machado, lido em sessão plenária da Academia de Ciências de Lisboa, realizada em 20 de Dezembro de 1928*, Lisboa, Comp. Imp Tipografia Inglesa.
- CARVALHO, Augusto da Silva (1932), *O Jornalismo Médico e a “Medicina Contemporânea”, Separata de A Medicina Contemporânea*, Lisboa, Tip. Labor.
- Congresso Nacional de Medicina (1896)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA; CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PORTO; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA (1912), *A Medicina Contemporânea*, 29 Dezembro, n.º 51, pp. 410-432.
- COSTA-SACADURA, S.C. da (1945), *Facetas do Jornalismo Médico Português. Conferência feita na sessão de encerramento da Exposição periódicos portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias, promovida pelo Instituto para a Alta Cultura na Faculdade de Medicina do Porto, 20 de Março a 11 de Abril 1945*, Lisboa, Imprensa Médica.
- MIRANDA, Augusto, s/d [1914], *Relatório apresentado à Academia de Ciências de Portugal em sessão de 13 de Março de 1914 sobre o Congresso Internacional de Medicina de Londres*, Lisboa, Tipografia Cooperativa Militar.
- MONTEIRO, Arlindo Camilo (1928), *O Professor Vergílio Machado, Separata do Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Julho de 1928, Tipografia do Comercio.
- PEREIRA, A. Cardoso (1898), *O Primeiro Congresso Nacional de Medicina, Publicações da Sociedade União Médica do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- PIMENTEL, J. Cortez (1974, Outubro), “Alguns aspectos iconográficos e bibliográficos dos 150 anos da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa”, *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, n.º 8, Outubro, pp. 659-718.
- Primeiro Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, a realizar em Angola, na cidade de Loanda nos dias 16 a 23 de Julho de 1923, sob o patrocínio e a presidência de honra de general José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Alto-comissário da República em Angola. Regulamento e Programa do Congresso, compreendendo o decreto n.º 214, de 13 de Dezembro de 1922, a circular de convite, pormenores de organização e outras informações de interesse para os congressistas*, Loanda, Imprensa Nacional e Angola, 1922.
- Relatório e contas da comissão que tomou a seu cargo a homenagem ao Prof. Miguel Bombarda pela organização do XV Congresso Internacional de Medicina realizado em Lisboa, Abril de 1906*, Lisboa, Officina Typografica, 1907.
- Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. 1822-1922*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.
- SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA (1900), *Congresso Colonial Nacional. Theses*, Lisboa, Typ. Companhia Nacional Editora.
- SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA (1906), *Soirée dédiée au XV Congrès International de Médecine le 23 Avril 1906 à 9 heures*, Lisboa, Centro Typ. Colonial.
- SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA (1920), *Questões Coloniais e Económicas. Conclusões e pareceres. 1913-1919*, Lisboa, Tipografia Militar.